

São Paulo, 20 de janeiro de 1967.
Nº 219/67.

Senhor Coordenador

Pelo presente encaminho a V. S^a alguns subsídios que, acredito, possam ser aproveitados na programação do setor de educação do Governo Ahreu Sodré a instalar-se no próximo dia 31.

Esclareço a V. S^a que na preparação desse material este Centro contou com alta colaboração dos Professores: Paschoal Senise, Moysés Brejon e Roque S. Maciel de Barros, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Walter Leser da Escola Paulista de Medicina, que atenderam o convite formulado por esta Diretoria.

O documento que passo às mãos de V. S^a está incompleto, por que cada conjunto de medidas propostas deveria ser precedido de uma apresentação que seria, por assim dizer, a orientação firmada a respeito de cada problema. A parte relativa ao Ensino Primário e Normal, que está completa, ilustra bem o que seria o documento se terminado. Na verdade, essa seria apenas o término da primeira etapa do trabalho, porque a eventual adoção das medidas sugeridas, obrigaria à programação específica dos procedimentos necessários, o que em muitos casos levaria a levantamentos de dados e a estudos especiais. Desse modo, as sugestões ora encaminhadas, nada mais representam do que uma exemplificação de providências, que se articulam e que se fundamentam numa orientação face ao ensino primário, médio e superior, presente na elaboração das sugestões, mas infelizmente ausentes do documento que as contém.

Motivos supervenientes e inarredáveis, após o nosso único encontro pessoal, impediram que o trabalho fôsse completado a tempo, mas ainda assim eu o encaminho, esperando que possa ser de alguma utilidade.

Lamentando, pois, que esta primeira solicitação de colaboração tenha sido dificultada, reafirmo-lhe a inteira disposição da instituição no sentido de poder prestar ao próximo Governo de São Paulo, toda a colaboração que fôr possível.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de estima e distinta consideração.

José Mário Pires Azanha
Diretor Substituto

Ao Ilmo. Sr.

Dr. Luiz Arrôbas Martins

DD. Coordenador do Grupo de Trabalho para
Elaboração do Plano de Governo de São Paulo
São Paulo.-

SUGESTÕES PARA ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO PARA O
ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentadas

pela COMISSÃO DE ESTUDOS, constituída a convite do
CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS "PROF. QUEIROZ FILHO"

Membros: Dr. Paschoal Senise
Dr. Roque Spencer Maciel de Barros
Dr. Moysés Brejon
Prof. José Mário Pires Azanha,
Professôres da Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras da Universidade de
São Paulo;
Dr. Walter Leser,
Professor da Escola Paulista de Medici
na.

São Paulo, janeiro de 1967.

ROTEIRO

I - INTRODUÇÃO (em preparação)

II - ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

1. Apresentação:

2. Relação de sugestões:

2.1. Ensino Primário

2.2. Ensino Normal

III - ENSINO MÉDIO

1. Apresentação: (em preparação)

2. Relação de sugestões:

2.1. Ensino Médio em geral

2.2. Ensino Industrial

IV - ENSINO SUPERIOR

1. Apresentação: (em preparação)

2. Relação de sugestões:

2.1. Ensino Superior em geral

2.2. Universidade de São Paulo

I - INTRODUÇÃO (em preparação)

II - ENSINO PRIMÁRIO E NORMAL

1. Apresentação:

No tocante ao ensino primário as duas exigências fundamentais são: expansão da rede e melhoria qualitativa. Exigências - que precisam ser enfrentadas conjuntamente e não de modo alternativo - como, equivocadamente, tem sido feito. Porque, até hoje, nas tentativas de planificação do ensino primário, o "déficit" de matrículas tem de tal modo sido sobreposto aos demais problemas, que a melhoria da qualidade apenas mereceu tratamento parcial e aleatório, e por isso mesmo sem resultados expressivos e cumulativos. Essa situação tem se agravado tão rapidamente nos últimos anos, que a ninguém escapa, nem mesmo ao leigo, a flagrante deterioração dos padrões de ensino oferecido nas escolas primárias. No entanto, essa constatação não deve conduzir ao erro oposto do que tem sido cometido. Expansão da rede e melhoria do ensino não são e não podem ser objeto de uma opção que seria absurda, pois nem o reerguimento do ensino primário pode ser remetido para o tempo em que a última criança encontre vaga nas escolas, nem a ampliação da rede, pode ser detida até que se complete uma renovação dos padrões do ensino. Ambos os problemas exigem uma abordagem planificada que conduza a uma complementação de esforços.

Com relação à ampliação da rede o que se necessita é a ordenação e integração dos esforços e recursos estaduais, municipais e particulares, bem como os dos P.N.E. Não é possível que se continue a permitir que a expansão das escolas estaduais se efetue sem o conhecimento seguro do crescimento do número das escolas municipais e particulares e de sua distribuição geográfica. Sem isso, haverá ao mesmo tempo a omissão e a redundância com inevitável desperdício de recursos já por si insuficientes. Ainda neste particular, é preciso uma ampla mobilização da opinião pública, no sentido de que entidades e pes

soas particulares cedam, total ou parcialmente, locais para instalação de novas escolas até que seja possível a construção dos edifícios necessários.

No que diz respeito à melhoria qualitativa do ensino a tarefa é mais complexa porque sob essa expressão não se pode entender apenas a renovação de métodos, mas um esforço que deve abranger - todas as dimensões do processo de educação primária e demais condições que o afetam. Para a concretização dessa medida talvez seja conveniente a instituição de um sistema de ensino* primário renovado, aplicável àquela parte da rede de escolas que possua as condições materiais mínimas consideradas necessárias. Essa mudança - ainda que de pequena extensão inicialmente - acabaria por exercer decisiva pressão no sentido de vencer a inércia que tem imobilizado o ensino primário paulista num esforço meramente alfabetizante. As próprias comunidades se mobilizarão para alcançar que as escolas que as servem, sejam organizadas segundo os padrões de um ensino renovado, compreendendo que a simples criação de escolas não deve constituir meta definitiva de suas reivindicações.

Mas, a renovação de ensino primário de modo amplo e sistemático, apenas pode ser iniciada sem que o próprio ensino normal seja organizado em novas bases. Talvez em nenhum outro grau ou ramo de ensino seja mais evidente a relação direta entre a expansão desordenada da rede e a deterioração conseqüente do nível e da qualidade do ensino. - Embora o problema não seja exclusivo do ensino normal, é aí talvez que os seus efeitos são mais graves, porque acabam por afetar toda a rede de escolas primárias. Duas medidas são, pois, inadiáveis ajustamento - do ritmo de crescimento do número de escolas normais às efetivas exigências da expansão do ensino primário; a reformulação dos padrões de organização do ensino normal. É preciso que as escolas normais se organizem integralmente em correspondência com seus objetivos, evitando-se o que ocorre presentemente - não apenas nas escolas normais, mas nos próprios institutos de educação - em que o curso normal é um simples curso a mais talvez o menos frequentado e mais desvalorizado.

2. Relações de sugestões:

Enquanto essas modificações não se concretizarem, algu-

* Entende-se "sistema de ensino" como o conjunto de normas reguladoras da organização e funcionamento de uma rede de escolas, e estabelecidas a partir de uma concepção, implícita ou explícita, do processo educativo.

mas medidas embora fragmentárias e esparsas poderão ser adotadas quase que de imediato, e com sensível repercussão no ensino primário e normal. As medidas adiante indicadas constituem exemplo do que poderá ser feito:

2.1. Ensino Primário:

- a - Intensificação e melhoria das condições do ensino nas séries iniciais do curso primário, a título de compensação dos prejuízos na escolaridade ocasionados pela evasão nas séries subsequentes.
- b - Fixação do número mínimo de dias letivos para o curso primário, compensando-se o prejuízo com o tresdobramento de turnos, pelo aumento de dias letivos para os estabelecimentos que funcionem nesse regime.
- c - Preparação intensiva de pessoal técnico para os órgãos e serviços incumbidos da orientação técnica do ensino primário.
- d - Revisão dos programas **oficiais** do ensino primário.
- e - Extensão do número de classes de recuperação como medida para redução das taxas de reprovação.
- f - Aumento, na medida do possível, do número de escolas primárias experimentais.
- g - Prorrogação do aperfeiçoamento sistemático de professores, diretores, inspetores e delegados de ensino, vinculando-se de modo racional e efetivo à obtenção de vantagens funcionais ou financeiras.

2.2. Ensino Normal

- a - melhoria dos concursos de provas para ingresso no magistério primário, transformando-os na prática, em verdadeiros exames de Estado, aferidores da qualidade do ensino nas escolas normais.
- b - Reforma do ensino normal em todos os seus aspectos, organizando-o de maneira que afaste, definitivamente, das escolas normais aqueles que a procuram sem vocação ou sem qualificação para outros setores de ensino médio.

III - ENSINO MÉDIO

1. Apresentação: (em preparação)

2. Relação de sugestões:

2.1. Ensino Médio em Geral

- a - Extensão na medida do possível, do ginásio único pluri-curricular, a partir do modelo a ser desenvolvido em algumas escolas escolhidas, entre elas o Colégio de Aplicação, mediante proposta a ser encaminhada à USP.
- b - Diferenciação, do ginásio, em função das possibilidades e necessidades regionais e locais (criação, ao lado do ginásio - secundários industrial, etc., do ginásio de enfermagem, ginásio de sanitaristas e outros que se mostrem necessários).
- c - Instituição de exame único de admissão para todos os ginásios do Estado, visando ao melhor aproveitamento das vagas e uma notável economia de serviços. Aumento do número de vagas, condicionado à existência de candidatos aprovados em exames de admissão e que não encontrem lugar nos ginásios do Estado.
- d - Valorização dos colégios industriais e agrícolas, estreitando suas relações com os cursos superiores de engenharia, agronomia, agricultura e veterinária.
- e - Valorização da escola média, em geral, pelo empenho, junto às Universidades e estabelecimentos isolados, públicos e particulares, no sentido de implantar-se um exame vestibular único, nos moldes de um autêntico exame de Estado, que vise a apurar uma boa formação de nível médio e não uma preparação específica para este ou aquele curso superior.
- f - Apoio técnico e financeiro à constituição de uma fundação encarregada dos exames referidos no item 4 ou a fundações já existentes preparados para execução da referida tarefa.
- g - Criação de condições para que o número de cargos de professores do ensino médio atendam, totalmente, com professores titulares concursados, às necessidades daquele ensino.
- h - Instituição de uma política salarial, no ensino médio, compatível com a posição e as necessidades dos professores, e que torne atrativa a carreira do magistério.
- i - Criação de condições para o aperfeiçoamento do professorado que trabalha no ensino médio.

2.2. Ensino Industrial

- a - Avaliação das necessidades quantitativas de técnicos industriais e determinação das especializações que deverão merecer prioridade.

- b - Estudo das áreas industriais, especialmente quanto à estrutura de mão-de-obra e aos grupos industriais dominantes na região, - com o objetivo de colher elementos para a implantação de novos cursos.
- c - Estabelecimento de normas para a criação e a instalação de novos cursos segundo as necessidades regionais.
- d - Planejamento da extensão da rede de estabelecimentos de ensino industrial, vinculando-a às necessidades econômicas e sociais e adaptando os novos cursos às necessidades regionais e locais.
- e - Instalação de novos cursos de 2º ciclo em função da demanda de técnicos de nível médio em máquinas e motores, construção civil, eletrotécnica, metalurgia, eletrônica, pontes e estradas, desenho técnico, indústrias têxteis e serviços de saúde.
- f - Provimento da rede de estabelecimentos de ensino industrial de suficientes edifícios, materiais e equipamentos necessários ao bom desenvolvimento do ensino. Equipar os ginásios industriais com oficinas de artes industriais.
- g - Dinamização das atividades do Serviço Estadual de Mão-de-Obra, - objetivando incrementar o treinamento industrial e oferecer às empresas em geral melhores condições para o levantamento das necessidades de treinamento e a elaboração de programas de treinamento dentro da empresa.
- h - Estabelecimento de planos para o recrutamento, preparação, aperfeiçoamento e seleção de pessoal, bem como para o aperfeiçoamento do pessoal em serviço.
- i - Criação de cargos docentes, técnicos e administrativos e realização imediata de concursos de remoção e de ingresso.
- j - Preparação, em larga escala, de especialistas para o treinamento de pessoal dentro das empresas. Preparação de pessoal docente para o ensino das artes industriais e para a instrução programada.
- l - Instalação de novos cursos noturnos avulsos e de aprendizagem e ampliação de capacidade de matrícula dos existentes, ensejando ao trabalhador a oportunidade de qualificar-se, aperfeiçoar-se ou especializar-se em atividades exigidas pelas várias regiões.
- m - Providenciar o aproveitamento máximo da capacidade de matrícula das escolas e das instalações e equipamentos, sobretudo das oficinas, objetivando a um maior rendimento das dotações destinadas às escolas e à redução dos custos.

IV - ENSINO SUPERIOR

1. Apresentação: (em preparação)

2. Relação de sugestões:

2.1. Ensino Superior em Geral

- a - Formulação de um plano geral do ensino superior, elaborado por u ma comissão de especialistas, plano que fixará tôda a política - do ensino paulista dêsse nível, orientando a sua reorganização e desenvolvimento; Nesse plano levar-se-á em consideração, entre - outres, os seguintes ítems.
- b - Reorganização do corpo docente dêsses estabelecimentos, a fim de melhorar os padrões de ensino e de pesquisa.
- c - Estudos tendentes a implantar uma universidade no interior (Ribeirãõ Prêto, em virtude de sua Faculdade de Medicina), segundo pa- drões modernos e estruturada a partir de Institutos Centrais, com a contratação de professôres em tôdas as distâplinas que se fizer necessário. Transferência para essa Universidade de cursos dados, em pondições precárias, em faculdades isoladas e aproveitamento - dos bons professôres neles existentes em funções compatíveis com a sua titulação.
- d - Reformulação do regime de dedicação plena à docência e à pesquisa, de modo a torná-lo efetivamente atrativo, pela instituição de uma classificação especial para as universidades, implicando em subs- tancial melhora dos padrões de vencimentos.
- e - Proposta de modificação constitucional, visando à instituição do ensino superior pago, em função das possibilidades financeiras do aluno ou de sua família, a fim de constituir um ampo fundo para a distribuição de bôlsas aos estudantes capazes mas sem recursos.
- f - Graças ao serviço de bôlsas, para o qual contribuirá também o Es- tado, supressão, mediante emenda constitucional, dos cursos supe- riores noturnos, devendo as instituições de ensino superior apro- veitar êsse período para estudos de especialização e pós-graduação, hem como para a organização dos cursos de extensão ou técnicos, tô da a população, com o aproveitamento total da capacidade das esco- las.
- g - Concessão de recursos em onstruções, equipamentos e pessoal às - escolas, na medida em que estas se proponham a aumentar significa- tivamente o número de suas vagas.
- h - Auxílio às atividades culturais, sociais e esportivas dos estudan- tes universitários, de forma a contribuir para uma autêntica vida universitária.
- i - Formulação de uma política estudantil, destinada a aproveitar as energias, o idealismo e os conhecimentos dos jovens na luta pelo - desenvolvimento nacional e pela criação de uma autêntica democra- cia, alicerçada em uma mentalidade nova, democracia que nunca tive

te para o ensino das artes industriais e para a instrução programada.

- l - Instalação de novos cursos noturnos avulsos e de aprendizagem e ampliação de capacidade de matrícula dos existentes, ensejando ao trabalhador a oportunidade de qualificar-se, aperfeiçoar-se ou especializar-se em atividades exigidas pelas várias regiões.
- m - Providenciar o aproveitamento máximo da capacidade de matrícula das escolas e das instalações e equipamentos, sobretudo das oficinas, objetivando a um maior rendimento das dotações destinadas às escolas e à redução dos custos.

IV - ENSINO SUPERIOR *****

1. Apresentações (em preparação)

2. Relação de sugestões:

2.1. Ensino Superior em Geral

- a - Formulação de um plano geral do ensino superior, elaborado por uma comissão de especialistas, plano que fixará toda a política do ensino paulista desse nível, orientando a sua reorganização e desenvolvimento. Nesse plano levar-se-á em consideração, entre outros, os seguintes itens.
- b - Reorganização do corpo docente desses estabelecimentos, a fim de melhorar os padrões de ensino e de pesquisa.
- c - Estudos tendentes a implantar uma universidade no interior (Ribeirão Preto, em virtude de sua Faculdade de Medicina), segundo padrões modernos e estruturada a partir de Institutos Centrais, com a contratação de professores em todas as disciplinas que se fixar necessário. Transferência para essa universidade de cursos dados, em condições precárias, em faculdades isoladas e aproveitamento dos bons professores neles existentes em funções compatíveis com a sua titulação.
- d - Reformulação do regime de dedicação plena à docência e à pesquisa, de modo a torná-lo efetivamente atrativo, pela institui

- ção de uma classificação especial para as universidades, implicando em substancial melhora dos padrões de vencimentos.
- e - Proposta de modificação constitucional, visando à instituição do ensino superior pago, em função das possibilidades financeiras do aluno ou de sua família, a fim de constituir um amplo fundo para a distribuição de bolsas aos estudantes capazes aos seus recursos.
 - f - Graças ao serviço de bolsas, para o qual contribuirá também o Estado, supressão, mediante emenda constitucional, dos cursos superiores noturnos, devendo as instituições de ensino superior aproveitar esse período para estudos de especialização e pós-graduação, bem como para a organização dos cursos de extensão ou técnicos, dirigidos a toda a população, com o aproveitamento total da capacidade das escolas.
 - g - Concessão de recursos em construções, equipamentos e pessoal às escolas, na medida em que estas se proponham a aumentar significativamente o número de suas vagas.
 - h - Auxílio às atividades culturais, sociais e esportivas dos estudantes universitários, de forma a contribuir para uma autêntica vida universitária.
 - i - Formulação de uma política estudantil, destinada a aproveitar as energias, o idealismo e os conhecimentos dos jovens na luta pelo desenvolvimento nacional e pela criação de uma autêntica democracia, alicerçada em uma mentalidade nova, democracia que nunca tivemos no Brasil.

2.2. Universidade de São Paulo

- a - Reativação das obras da Cidade Universitária, visando à sua mais rápida conclusão, com atenção especial para a parte residencial e de vivência, incluindo o setor esportivo. Solução adequada para o problema de intercomunicações.
- b - Aumento da capacidade didática e de pesquisa, com apoio em ampla reestruturação, visando a dar real unidade à organização universitária, dentro de uma mesma filosofia básica e com mais eficiente utilização dos recursos materiais e de pessoal.
- c - Reunião do ensino e da pesquisa básicos de toda a Universidade em Institutos Centrais, e do ensino de formação profissional,

- bes como de pesquisa aplicada, em outras unidades, por afinidade de área.
- d - Organização de cada unidades unidades, de um e de outro setor, na base de Departamentos integrados.
 - e - Criação da carreira de pesquisador em paralelo com a de docente e valorização de ambas as carreiras, com possibilidade de acesso aos níveis mais altos em função de títulos científicos e experiência didática, evitando-se rígida subordinação à existência de vagas.
 - f - Estímulo à diversificação profissional e à formação de técnicos de nível superior.
 - g - Estruturação definitiva dos cursos de pós-graduação, dentro dos princípios recomendados pelo CFE: currículo estruturado e íntima conexão com a pesquisa.
 - h - Estímulo aos cursos de aperfeiçoamento, especialização, atualização, etc., principalmente nos setores nitidamente profissionais e tecnológicos, sem confundí-los, entretanto, com cursos de pós-graduação.
 - i - Retribuição salarial condigna, com especial atenção para o regime de tempo integral.
 - j - Completa reorganização administrativa visando a reduzir substancialmente a burocracia e alcançar simplificação, rapidez e flexibilidade na movimentação e utilização dos recursos.
 - l - Estímulo às atividades editoriais.
 - m - Racionalização do processo de seleção para ingresso nos diferentes cursos da Universidade, procurando chegar a um exame de habilitação único ou comum a grandes áreas afins.
 - n - Integração da Universidade na comunidade, quer pela participação direta no estudo e solução de problemas regionais e locais e conseqüentemente, pelo entroncamento com a indústria, quer pelo desenvolvimento de atividades complementares de caráter cultural, acessíveis a uma grande faixa da população.

São Paulo, janeiro de 1967.

CÓPIA 7.250/67

São Paulo, 26 de janeiro de 1967
Nº 259/67

Senhor Professor

Comunico a V.Sª que em data de 20 do corrente, tomei a iniciativa de fazer chegar às mãos do Dr. Luiz Arrôbas Martins, o documento referente aos subsídios para o plano de educação de São Paulo, e em cuja elaboração, V.Sª estava colaborando. Embora o documento esteja incompleto, achei que não devia retardar por mais tempo o seu envio, porque mesmo nessas condições, acredito que possa ser de grande utilidade.

Esperando que V.Sª compreenda a motivação de meu gesto, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe meu alto apreço e consideração, bem como para agradecer-lhe, em nome da instituição, a valiosa colaboração prestada.

Cordialmente

José Mário Pires Azanha
Diretor Substituto

Ao Ilmo. Sr.
Prof. Roque Spencer Maciel de Barros
DD. Professor da Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
São Paulo - E.M.

Para:
Prof. Dr. Walter Leser
Prof. Dr. Paschoal Senise
Prof. Dr. Moysés Brejon